

## **RELATORIA CRÍTICA DO EVENTO**

### **Seminário UrbanSus Sustentabilidade Pós-Pandemia 04 de novembro de 2021 9h00 – 13h00**

Local: Instituto de Estudos Avançados da USP (virtual)

O Seminário “UrbanSus: Sustentabilidade Pós-Pandemia” é parte do *Ciclo de Workshops em Cidades Sustentáveis*, realizado pelo Centro de Síntese USP Cidades Globais do IEA/USP (CSCG/IEA-USP) em parceria com o Programa de Capacitação e Estudos Urbanos e Regionais para Sustentabilidade (Programa CEURS) da Universidade Federal de Santa Catarina, com patrocínio da Câmara dos Deputados e contratação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC).

O evento contou com cerca de 173 visualizações até 17/12/2021 via Canal do Youtube do IEA/USP, promoveu reflexões sobre o papel das cidades e estimulou as boas práticas ao compartilhar soluções sustentáveis urbanas, reunindo perspectivas de diferentes setores: academia e organizações não governamentais.

O evento foi aberto ao público, com transmissão via YouTube do IEA/USP e voltado principalmente aos agentes municipais participantes do Programa CEURS para conhecimento e reflexão sobre a crise climática, e sobre os desafios para a sustentabilidade global, nacional e para as cidades brasileiras enfrentados durante e pós pandemia.

O Painel I - O Pós Pandemia: Reflexos na Agenda Global e Nacional de Sustentabilidade. analisou as novas perspectivas impostas no pós pandemia para a Agenda Global de Sustentabilidade nos seguintes eixos temático:

- Os riscos decorrentes da emergência climática, reflexos no Brasil e o papel dos ODS na agenda até 2030.
- Perspectivas futuras para desenvolvimento de uma economia de baixo carbono e a economia verde relacionada à adaptação climática e a desigualdade social exposta durante a crise pandêmica.
- O papel dos fóruns globais e dos estados nacionais na implementação da Agenda Global.

- Prognósticos e prospecções para uma agenda global de sustentabilidade face à convivência com o risco de as ondas sucessivas da Covid 19 e outras pandemias globais.

O Painel 2 - O Pós Pandemia no Desenvolvimento Urbano Sustentável nas Cidades Brasileiras, foi focado mais diretamente sobre as perspectivas e desafios futuros para a sustentabilidade urbana e para uma agenda para as cidades brasileiras em 3 eixos temáticos:

- Perspectivas para o desenvolvimento urbano pós pandemia, para a transição ecológica com maior resiliência e redução da vulnerabilidade aos riscos climáticos.
- Os novos desafios urbanos a partir da economia do “zoom” e da revolução 5G, a cidade compacta os riscos de esvaziamento das grandes cidades, e suas consequências em edificações comerciais e serviços e outros usos, e na economia urbana em geral.
- O papel da mobilidade urbana sustentável no futuro das cidades e os desafios para a sustentabilidade em relação ao crescimento dos sistemas de transportes de massa e redução de emissões de GEE, aumento da eletrificação veicular e uso de energias renováveis.

## PROGRAMA

### **Abertura (09h00 às 09h30)**

Arlindo Philippi Jr. (FSP e IEA-USP);  
Sisi Blind (ex-prefeita de São Cristóvão do Sul-SC e Diretora Executiva da Federação Catarinense de Municípios-FECAM); e  
Roseli de Deus Lopes (EP e IEA-USP)

### **Painel I - Pós-Pandemia: Reflexos na Agenda Global e Nacional de Sustentabilidade (09h30 às 11h00)**

- Pedro Roberto Jacobi (ICLEI e IEA-USP) (*a agenda da sustentabilidade no pós-pandemia*)
- Martha Barata (Urban Climate Change Research Network-UCCRN) (*a agenda climática global e nacional no pós-pandemia*)
- Ricardo Abramovay (FEA-USP) (*a agenda climática no pós-pandemia*)

Moderação: Maria da Penha Costa Vasconcellos (IEA e FSP-USP)

Relatoria: Sonia Coutinho (IEA-USP) e Hugo Barros (IEA-USP)

### **Painel II - Pós Pandemia no Desenvolvimento Urbano Sustentável de Cidades Brasileiras (11h00 às 12h30)**

- Ricardo Young (IDS-Instituto Democracia e Sustentabilidade/IEA-USP) (*desafios para a Sustentabilidade nas Cidades Brasileiras no Pós Pandemia*)
- Sérgio Avelleda (Núcleo de Mobilidade Urbana do Arq.Futuro-Insper) (*desafios para a mobilidade urbana sustentável no pós-pandemia*)
- Luciana Travassos (UFABC) (*desafios urbanísticos transição ecológica e resiliência no pós-pandemia*)

Moderação: Ivan Maglio (IEA-USP)

Relatoria: Deize Sanchez Ximenes (IEA-USP) e Rosane Segantin Keppke (IEA-USP)

### **Encerramento (12h30 às 13h00)**

Roberto Pacheco (UFSC/CEURS); e

Marcos Buckeridge (IB e IEA-USP)

### **Organização**

Centro de Síntese USP Cidades Globais (USP-CG-IEA)

### **Parceria:**

Programa de Capacitação e Estudos Urbanos e Regionais para Sustentabilidade (Programa CEURS-UFSC)

### **Apoio**

Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (ProASaS- FSP-USP)

Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC-UFSC)

## **Painel 1 – Pós-pandemia: reflexos na agenda global e nacional de sustentabilidade**

Relatoria: Sonia Coutinho (IEA-USP) e Hugo Barros (IEA-USP)

O evento levanta a proposta de pensar um mundo pós-pandemia através de reflexões voltadas às questões da sustentabilidade ambiental, porém um quadro definitivo de um cenário pós-pandemia, no presente momento, não é algo sólido o que torna todo o debate prematuro.

Após um pouco mais de dois anos do início da pandemia de COVID 19, os dados epidemiológicos revelam, na escala global, o aumento no número de casos diários de contaminação e de mortes - o mundo contabiliza 5.287.902 mortes e 268.558.266 casos (FUNDAÇÃO SEADE, 16/12/2021). Por outro lado, a vacinação progride com um pouco mais de 3 bilhões de pessoas com cerca de 8 bilhões de doses aplicadas, uma percentagem de cerca de 47% da população. Obviamente esta percentagem média esconde países cuja percentagem de população vacinada chega a 26%, como a África do Sul ou Afeganistão, com 9,2% da população vacinada.

Países desenvolvidos e as economias emergentes lideram o ranking do número de casos e mortalidade por COVID 19, os mais expressivos são: Estados Unidos da América do Norte, Índia, Brasil, Grã-Bretanha e Rússia. No Brasil há um rastro devastador de alta mortalidade, que contabiliza 616,457 mil mortes no universo de 22 milhões de infectados (10% da população). As curvas epidemiológicas revelam que a vacinação trouxe uma drástica queda na tendência de infecção e mortalidade, de modo que os atuais números já são próximos dos encontrados no início da pandemia, porém em termos de preservação da vida humana os números ainda são preocupantes.

No Mundo, em dezembro de 2021, menos da metade da população mundial foi vacinada de forma que todo o esforço deveria estar em viabilizar a vacinação para uma parcela mais expressiva da população, especialmente em países que já sofrem com diversas crises humanitárias. Além das dificuldades de ordem financeira, científica e de infraestrutura e gestão, também existem os conflitos de ordem política, cultural, religiosa e de comportamento social que se contrapõem aos estudos científicos. Desta forma, o mundo ainda não apresenta um quadro pós-pandêmico, mas sim de novos picos de contágio, que

cada vez mais vêm se aproximando do Brasil, revelando o quanto ainda estamos distantes de um final.

Ao refletir sobre os reflexos da pós-pandemia na agenda global e nacional de sustentabilidade, Martha Barata, Pedro Jacobi e Ricardo Abramovay refletiram sobre outros temas, que se revelam centrais no âmbito da saúde ambiental, são eles: redução das emissões de Gases do Efeito Estufa, como forma de mitigação às mudanças climáticas, conservação da Amazônia e governança ambiental.

### **Mudanças Climáticas**

A preocupação central em torno da discussão sobre mudanças climáticas foca na vulnerabilidade que as cidades apresentam à ocorrência de eventos climáticos extremos, uma vez que as previsões de aumento na temperatura média global indicam como principal consequência o aumento da intensidade e frequência dos eventos extremos de secas, calor, frio e de precipitação. A fim de mitigar tais efeitos nocivos, diversas instituições estão atuando para reduzir a emissão dos Gases do Efeito Estufa (GEE) nas cidades, como o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, o UCCRN – Urban Climate Change Research Network e o C40.

As propostas globais estão no sentido da redução das emissões de GEE, para zero, em 2050 como única forma de estabilizar a temperatura. Para isso, os países necessitam reduzir em 50% suas emissões até 2050. Contudo, mesmo se hoje a humanidade pare de emitir GEE, haverá ainda um efeito cumulativo por algum tempo. Foi destacado que as negociações têm sido lentas e há diversas realidades políticas. Por exemplo, a União Europeia e os Estados Unidos se desenvolveram com grandes emissões e os países em desenvolvimento pouco emitiram, de forma que poderia haver compensações.

A discussão atual está no termo “emergência climática”, por mais que se tenham avanços ainda estamos em um lento processo de implementação de respostas. Para descarbonização, por exemplo, nos debatemos com os interesses de setores econômicos que utilizam os combustíveis fósseis. As respostas começam surgir de forma ainda lenta, conforme atesta o último Relatório AR6 Climate Change 2021: The Physical Science Basis.

Um dos exemplos que mais chama a atenção é o tema da exportação de carvão na Austrália. Conforme reportagem publicada na Isto é de 05/11/2021, “a Austrália se recusa a estabelecer um objetivo de zero emissão de carbono e continua sendo um dos maiores

exportadores de combustíveis fósseis do planeta. As exportações de carvão representaram 50 bilhões de dólares australianos (31 bilhões de euros, cerca de 36,7 bilhões de dólares americanos) de renda em um ano, e a indústria conta com 50.000 empregos diretos”.

Foi ressaltado que a lógica do Acordo de Paris não é impositiva, porque não existe um governo global e sim uma governança. A perspectiva para 2100 era de um aumento de 3°C, mas se os países cumprirem com os acordos é possível reduzir para 1,9°C. O comprometimento político global é bastante desigual entre nações e continentes, a exemplo da Europa que tem como meta a redução de 50% das emissões de GEE com base no ano de 1990, enquanto os Estados Unidos, no atual momento, busca se realinhar ao Acordo de Paris. O engajamento de grandes potências capitalistas, como os EUA, com a Grã-Bretanha adicionam um enorme poder político na construção das estruturas necessárias para a redução das emissões.

Em termos de Brasil, é ressaltada a contribuição da siderurgia e dos transportes nas emissões, mas o que realmente deve ser o foco de todo o debate é o desmatamento, que atualmente representa cerca de 50% das emissões nacionais. O país apresenta-se como um centro de desenvolvimento tecnológico de vanguarda em termos de monitoramento do desmatamento, com exportação destas tecnologias. Mas isto não tem sido suficiente para conter o desmatamento, o que exige comprometimento e vontade do governo federal e, algumas vezes, dos governos estaduais e municipais em cumprir a legislação ambiental.

Foi comentado que o desmatamento da Amazônia está estruturado em uma política enraizada no Palácio do Planalto, que se vale da vulnerabilidade social e econômica local para a sustentação de atividades ilícitas e uma crescente criminalidade que abarca os jovens nas atividades do garimpo e desmatamento ilegal. Tal situação revela a necessidade de se pensar um projeto para a Amazônia integrado com as ODS, por fim o desenvolvimento das Soluções Baseadas na Natureza – SBN, aparece como possível saída para um futuro sustentável do uso da floresta e desenvolvimento do Brasil dentro das perspectivas do Acordo de Paris.

### **Reflexões sobre Governança**

No atual momento, há uma confusão entre as discussões das mudanças climáticas (MC) globais e as complexidades políticas que envolvem o começo de um período de pós-pandemia. É evidente a lentidão das respostas na mitigação às Mudanças Climáticas por meio da descarbonização, vale salientar que a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris

durante o governo Trump trouxe grandes danos ao progresso da pauta. Embora haja entusiasmo com a volta dos EUA às negociações mundiais, em 2021, as metas climáticas de Biden têm desafios políticos a enfrentar e a oposição de empresas de combustíveis fósseis.

A pandemia trouxe a lógica de uma necessidade de uma integração mais efetiva e houve mudanças. “O novo normal”, não vai voltar a acontecer, o mundo jamais será o mesmo. É preciso refletir como iremos enfrentar o mundo, e os desafios do cotidiano em um contexto de pós-crise. É preciso atender ao novo e promover uma nova cultura ambiental, a segurança hídrica precisa tornar-se uma grande prioridade social e isto pode acontecer por meio da integração universidade e sociedade.

Segundo Jacobi, olhar para as lições importantes da pandemia traz o fato de que vivemos em uma sociedade de risco, que resulta, de um lado, nos resultados das mortes e de outro, na sinalização de que pode haver outras pandemias e que, portanto, precisamos avançar nas respostas. A sociedade global e o desenvolvimento científico têm mostrado uma capacidade rápida de respostas (como o desenvolvimento rápido das vacinas), mas indica que temos que focar em segurança de saúde global, alimentar, climática e hídrica e avançar para novas culturas de convivência.

Quando se fala de pandemia têm que se falar de direitos humanos, vulnerabilidade e exclusão social, e o quanto os ODS podem contribuir de uma forma pedagógica, e sinalização de nexos importantes, a necessidade de articular conhecimentos e a importância da ciência nesse momento. A ciência que está determinando o que os governos precisam fazer. De um lado temos a visão macro, no sentido da mitigação, mas temos a importância da lógica da adaptação, que introduz uma dimensão que é contemplada pelos ODS.

No atual momento existem cinco temas estruturantes – redução das emissões, ações de economia circular, ações de resiliência; com todo seu contraditório – as SbN e as ações de promover equidade. Todas as 17 ODS vamos ver todos estão contemplados nestes 5 temas estratégicos e a emergência climática perpassa todos eles. Porque implicitamente indica que precisamos ter uma lógica cada vez mais avançada em termos de precaução, de antecipação, de percebermos que estes processos estão batendo em nossa porta.

Houve uma demora para a colocação da questão pandêmica e esta trouxe a necessidade de uma lógica cooperativa entre todos os atores da sociedade e o quanto há ainda de refratariedade e resistência ao pensar o que significa de ações com uma lógica contrária ao pensamento tradicional. A forma de olhar a pandemia expressa uma crise da humanidade

relacionada com a sua forma de se relacionar com a natureza, valores culturais que adotamos socialmente e como pensamos.

Alguns questionamentos são pertinentes ao presente momento, são eles: como se pensar o cotidiano nas cidades pós pandemia? Respostas podem aparecer muitas, mas como implementá-las? Quais as modificações possíveis? Governantes têm capacidade de modificar em transportes, saneamento?

Sem a presença da sociedade não se tem como avançar, necessita-se a construção social de um trabalho colaborativo. Aprendizagem social – aprender com a crise – cocriarão de novos sentidos e entender de uma forma de viver a vida por uma postura dialógica. Devemos nos abrir ao outro.

Compreender as interdependências e de que maneira no protagonismo pode fortalecer o diálogo que amplia acesso às conexões e ao cotidiano dos atores sociais numa perspectiva crítica e promotora de uma ciência cidadã. Importante compartilhar a compreensão da ciência não apenas do cientista, mas de ações cidadãs e democráticas. Utopia da reconstrução de fortalecimento de atividade nos bairros e ações colaborativas que reduzem o impacto. Os fóruns globais precisam passar da teoria à ação. Demonstrar preocupação pública com a precaução e antecipação (como o efeito do desmatamento e doenças, como o ebola). Deve haver transparência governamental, com falas claras.

Por fim, ao refletir sobre os reflexos da pandemia na agenda global e nacional de sustentabilidade, é possível vislumbrar que em termos de agenda global vai ocorrer um forte atraso no avanço das pautas de sustentabilidade, devido à grave situação da pandemia a nível global. Por outro lado, no Brasil a pandemia caminha para um fim, de forma que já se abre espaço para combater o desmatamento da Amazônia e pensar na contribuição do país na mitigação das mudanças climáticas globais. Sem a presença da sociedade não se tem como avançar, necessita-se a construção social de um trabalho colaborativo. Neste contexto, torna-se relevante a aprendizagem social – aprender com a crise -, por meio da cocriação com o objetivo de identificar novos sentidos e de entender a vida com postura dialógica, portanto estando preparados para uma atuação colaborativa que leve à construção de propostas sinérgicas compatíveis com as necessidades de uma nova sociedade. Devemos nos abrir ao outro.

## **Painel 2 - O Pós-Pandemia no Desenvolvimento Urbano Sustentável nas Cidades Brasileiras**

Relatoria: Deize Sanchez Ximenes (IEA-USP) e Rosane Segantin Keppke (IEA-USP)

Perspectivas e desafios futuros para a sustentabilidade urbana e uma agenda para as cidades brasileiras em 3 eixos temáticos:

1. Perspectivas para o desenvolvimento urbano pós-pandemia, para a transição ecológica com maior resiliência e redução da vulnerabilidade aos riscos climáticos.
2. Os novos desafios urbanos a partir da economia do “zoom” e da revolução 5G, a cidade compacta os riscos de esvaziamento das grandes cidades, e suas consequências em edificações comerciais e serviços e outros usos, e na economia urbana em geral.
3. O papel da mobilidade urbana sustentável no futuro das cidades e os desafios para a sustentabilidade em relação ao crescimento dos sistemas de transportes de massa e redução de emissões de GEE, aumento da eletrificação veicular e uso de energias renováveis.

### **1. LUCIANA TRAVESSOS (UFABC)**

Travassos inicia sua exposição fazendo analogia a que, assim como na floresta, o crime organizado está por trás da proliferação das recentes ocupações urbanas, e que sua abordagem pós-pandêmica deve ser mais pessimista do que as falas anteriores, trazendo a reflexão da necessidade urgente de demandas para cidades sustentáveis pós-pandemia.

Ela destaca dois pontos centrais em sua reflexão. Primeiro, os processos urbanos durante a pandemia não são novos, apenas se recrudescem. Segundo, justamente por isso torna-se maior o desafio de construir caminhos para pensar a sustentabilidade pós-pandêmica.

Relembra que a pandemia teve situações bem adversas e os impactos muito desiguais. Evidências contundentes são os óbitos nos diferentes distritos do município de São Paulo; 1061 em Brasilândia e 1309 em Sapopemba, em contraposição à 189 na Consolação e 185 em Pinheiros.

Estes números mostram que a desigualdade territorial vai muito além da alta densidade, no momento da pandemia; a diferença se dá às desiguais condições de isolamento, enfrentamento, deslocamento e saneamento, e até mesmo os critérios de priorização da vacina, considerando que os distritos mais vulneráveis são mais jovens (LABCIDADE, 2021).

Segundo ela, a pandemia deflagrou quatro processos correlacionados que intensificam as desigualdades:

- I. O esvaziamento das unidades corporativas com o teletrabalho – prática já assimilada pelo setor privado, que certamente impacta desfavoravelmente os pequenos negócios de apoio baseados nos modelos pré-pandêmicos, corrobora o desemprego, a informalidade e a “uberização” precarizada dos serviços de entrega.
- II. O aquecimento do mercado imobiliário residencial para renda média e alta, associados à financeirização, aos fundos imobiliários e plataformas digitais de aluguel. Por outro lado,

o programa Minha Casa Minha Vida é substituído pelo Casa Verde e Amarela, que não subsidia a faixa de 1 a 3 salários mínimos.

- III. Portanto, não por acaso há um crescimento gigantesco das áreas de favela nos municípios brasileiros, em especial Manaus, Salvador e Belém (MAPBIOMAS), e forte adensamento nas metrópoles – onde hoje se localizam as maiores densidades urbanas. Com o processo da pandemia, os dados vêm para comprovar que 5% das famílias, no município de São Paulo, foram morar em favelas. Estudos da UFABC mostram o aumento da violência, do crime organizado, e da fome nas áreas periféricas no Distrito de Sapopemba.
- IV. Na Região Metropolitana de São Paulo o crime organizado está por trás da expansão de loteamentos irregulares e clandestinos, em áreas de risco e mananciais, e os movimentos de luta pela terra urbana, agora com menor presença, se mobilizam pela regularização. Nas favelas os discursos de fome e violência superam os de COVID e incertezas do auxílio emergencial.

*O aumento das desigualdades regrediu e há um grande desafio para a sociedade. Por outro lado, o papel do estado foi reduzido, levando a uma discriminação no atendimento humanitário, apesar do SUS e do auxílio emergencial. Também nos municípios foi tímido, irregular e discricionário o atendimento à demanda assistencial, com destaque aos esforços das fundações e das organizações da sociedade civil conveniadas. E completa inação quanto às ações de despejo de moradores de rua, que certamente tem a ver com o aumento das favelas.*

Travassos chama atenção à regulação insuficiente para democratizar o acesso urbano à infraestrutura, decerto em referência à aplicação insuficiente dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, enfatizando que a qualidade da infraestrutura é o que determina a qualidade de vida dos habitantes, o desenvolvimento econômico, e a resiliência aos riscos urbano-ambientais.

Sobre a precificação do carbono, os fundos do acordo de Paris estão esvaziados, não há aporte dos países ricos para os países pobres, e o que se faz com estes recursos pode preterir a redução das desigualdades. Onde está o aporte no Brasil? Recentemente, o Município de São Paulo anunciou investimentos para a periferia, porém, ao lançar o Caderno de Drenagem, inédito por adotar soluções baseadas na natureza, destinou R\$ 98 milhões/km<sup>2</sup> à bacia do Córrego Uberaba, em Moema, enquanto ao Córrego Aricanduva, muito conhecido por suas frequentes inundações foram destinados 8 milhões/km<sup>2</sup>.

*Como mudar este paradigma – qual resiliência é importante? É preciso radicalizar a alocação dos recursos nas periferias, para os mais vulneráveis. É preciso mudar radicalmente a alocação de recursos humanos e financeiros. Ainda que o mercado precise agir, é preciso diminuir estas desigualdades socioespaciais. É preciso pensar rápido na recuperação do papel do estado, e em qual estado, na recuperação pós-pandêmica. A transição para o desenvolvimento urbano sustentável deve ser coerente com a importância dos territórios e depende do trabalho intensivo de tratar os mais vulneráveis no centro da agenda. Se para o mercado não há cidade consolidada, então deve haver a mesma abordagem para as distintas áreas, sejam elas centrais ou periféricas.*

## 2. SÉRGIO AVELLEDA (NÚCLEO DE MOBILIDADE URBANA ARQ FUTURO - INSPER)

Avelleda infere que a mobilidade estrutura os demais pilares da vida urbana, e que nos últimos dezenove meses, a pandemia foi uma grande oportunidade de mudança nas características do sistema de mobilidade urbana.

*Antes da pandemia, o sistema de transportes já tinha problemas graves, podendo haver mais de 1,35 milhões de mortes evitáveis por ano. Em 2012, houve 7 milhões de mortes por poluição atmosférica. O transporte responde por mais de 60% das emissões urbanas, 14% do ponto de vista global, e 10% do PIB dos países se perde nos congestionamentos das cidades.*

Em pesquisa do *Boston Consulting Group* sobre modais de deslocamento pós-pandemia, houve manifestação de preferência pelo transporte privado em países como China e Brasil; muitos ainda temendo a contaminação pelo vírus Sars-CoV-2 da Covid19. Se esses dados realmente se confirmarem, o caos estará instalado e se acentuará, e haverá mais cidades congestionadas, poluídas e perigosas com acidentes e mortes no trânsito, pois há correlação direta entre km percorrido, quantidade de veículos privados e quantidade de mortes. Atualmente já há quase 1,5 bilhões de veículos no mundo, com estimativa de dobrar até 2050.

Perdemos a oportunidade de redesenhar as cidades que ficaram quase paralisadas com as medidas sanitárias da pandemia. Paris foi um caso virtuoso de indução à mudança de cultura de transporte por meio de políticas públicas, investimentos em infraestrutura, subsídios para os modais incentivados, e imposição de restrições ao veículo privado. Com isso está tomando o lugar de Copenhague e Amsterdam com o uso altíssimo de bicicletas e a inserção de novas rotas pela prefeitura. Já a título de comparação, São Paulo tem menos de 1%, e Copenhague 36%. Bogotá transformou o uso da rede de ciclovia de lazer em fixa, quando já havia 6 a 7% de participação deste modal. No Brasil, Porto Alegre quintuplicou ciclovias e faixas exclusivas de ônibus – “estratégia rápida e barata, basicamente é só sinalização de solo”. São Paulo implantou recentemente um corredor exclusivo no Viaduto Antártica, com aproximadamente 300 m de comprimento, e esta iniciativa simples aumentou 10% a velocidade média dos ônibus, segundo informação do Scipopulis, e a maior velocidade é o melhor incentivo para preferir os ônibus.

Avelleda adverte sobre a maior crise do financiamento do transporte público no Brasil, que é anterior à pandemia, mas se acirrou com a migração para o transporte por aplicativo ou privados durante a pandemia, que não deixa de ser também um modal individual. “No Rio de Janeiro, a empresa Supervia está em recuperação judicial. Em São Paulo, o Metrô teve uma perda brutal de receita”.

*Durante a pandemia, a sociedade percebeu que as vantagens do transporte público vão muito além dos usuários – toda a cidade ganha. Supermercados e hospitais funcionaram porque tinha transporte público. Se tivesse paralisado, nossa vida teria sido paralisada. Ficou evidente que toda a sociedade se beneficia, mas não assumimos esta verdade na modelagem financeira. Por que não se paga o SUS e se paga o transporte?*

O transporte público tem a mesma essencialidade da saúde e da educação; a saúde pública tem um grande apoio com o SUS, e o ensino público também é oferecido de forma gratuita.

“O transporte público é o garantidor do acesso, é o que determina a inclusão ou exclusão, portanto é preciso ser subsidiado, já que gera tanta externalidade positiva.

*Ele mira para o colapso, agora temos um desafio brutal. Precisamos subsidiar o transporte público. De onde virão estes valores?” Hoje temos o custo rateado pelos usuários, se o número de passageiros decair, não há valor suficiente para pagamento deste serviço. É preciso discutir e cobrar pelas externalidades negativas do transporte individual – emissões e uso da infraestrutura:*

*Onde está a justiça social para a SUV dos Jardins que não paga nada, e ainda recebe em caso de sinistro (IPVA), e o gasto diário de R\$8,80 de quem sai diariamente de Guaianases pagando por tudo isso, sem uma boa qualidade de transporte? Podem falar ‘mas eu pago IPVA’, eu pago IPTU nem por isso reivindico água, luz etc. de graça.*

Atualmente São Paulo investe R\$3 bilhões anuais em subsídio ao transporte público, enquanto a contabilidade pública sequer estima o quanto subsidia o transporte individual. “Cada dólar investido em transporte público gera 31% mais empregos do que investimento em rodovias (...) Toda a revisão do Plano Diretor Estratégico deve incentivar empreendimentos que reduzam gastos e tempos de deslocamento”.

Priorizar as redes de ciclovias e linhas fixas de transporte públicos são investimentos necessários para gerar mais emprego e reduzir o tempo de deslocamento na cidade. Discutir acessibilidade no desenho urbano aos meios de transporte público - quantas pessoas conseguem se deslocar pela cidade de forma rápida e com baixo custo?

### 3. RICARDO YOUNG (IDS - INSTITUTO DEMOCRÁTICO E SUSTENTABILIDADE / IEA USP)

Young entende “*sustentabilidade como liberdade, a finalidade do desenvolvimento é a liberdade (Amartya Sen)*”:

*A primeira coisa que se perdeu na pandemia foi a liberdade, perdemos o direito de ir e vir, e numa presença imperfeita, mas radical, o estado obsidiando vem e dita que todo mundo vai ficar em casa, acirrando a crise social. O confinamento provocou crises domésticas: separação de casais, falta de espaço nas residências, crimes e assassinatos nas famílias. A psicologia pode nos explicar melhor esta situação, assim como alguns filmes ilustraram este momento da pandemia: “Mais que amigos, vizinhos” filme francês de Dany Boon.*

Com o isolamento, "houve uma revolução na maneira de consumo que reorganizou o espaço urbano de uma forma que não conhecemos ainda". Quanto à produção do espaço urbano, houve um paradoxo, por um lado intensificou-se a dinâmica imobiliária residencial, por outro lado “um debacle no varejo e nas formas tradicionais de consumo”.

Young também destaca a desorganização federativa entre estados e municípios gerando um grande desencontro entre todos os governos, a ausência criminosa do governo federal e a politização sobre a ciência; uma ignorância política.

Em relação à educação, Young afirma que o conceito basilar da sustentabilidade é “não sequestrar as gerações futuras”. O futuro das crianças foi comprometido pela enorme crise no sistema educacional. Neste sentido, é necessário compreender e incorporar uma geração profundamente prejudicada – “saqueamos o direito dessas crianças terem uma educação plena” em razão do desacesso a internet, da falta de tecnologia nas escolas públicas, e do despreparo de professores e pais para lidarem com a Educação à Distância. “Desafios limites para a formatação do ensino; a educação tem que se revisitar profundamente”, conclui Young.

Já o SUS, fez um belo trabalho, compareceu de forma global e eficiente. É preciso prestigiar e melhorar o sistema universal de saúde, o qual foi ridicularizado por setores que não precisam dele. Como seria o Brasil sem o SUS?

De acordo com Young o esgotamento da capacidade de hospitais e UTI “se deve muito mais a uma densidade absurda nos grandes centros”. As aglomerações no sistema de saúde, causadas pelo número populacional, são um problema demográfico bastante grande, apesar de termos uma grande concentração nas cidades; O SUS acaba sendo insuficiente para este formato de espaço urbano. Resumindo não dá para ter cidades com alta concentração como SP.:

*Em que pese 40% do Brasil serem cidades com menos de 10 mil habitantes, há concentração nas grandes metrópoles (...) não dá para ter cidades de milhões de habitantes, ponto, pela questão da aglomeração, do transporte, do acesso, da desigualdade, da pobreza.*

A partir da percepção sobre as tendências que emergiram na pandemia, e da sua própria experiência vivendo num município de pouco mais de 11 mil habitantes, Young sugere que “o êxodo das classes médias deveria ser pensado como uma nova estratégia de reordenamento urbano (...) é preciso pensar grandes centros com menos pessoas, e pensar a forma de atrair as pessoas para as cidades menores”.

*Temos que repensar totalmente a habitação popular, é um absurdo colocar 7 pessoas em 30 m<sup>2</sup>! O Espaço é vital, é preciso repensar todos os processos construtivos de modo a torná-los mais baratos e sustentáveis.*

A pandemia reduziu a poluição do ar e valorizou a função das áreas verdes “como pulmão da cidade”, mas, por outro lado, aumentou a pressão sobre os mananciais – tanto pela demanda por água quanto pela expansão das ocupações irregulares, conforme exposto anteriormente. Também colocou em xeque a produção, a distribuição de alimentos e a segurança alimentar.

*A desigualdade nunca teve uma materialidade tão grande como revelou a pandemia. A desigualdade deixou de frequentar somente as mesas de bar e ambientes em que é normalmente discutida, e deve se tornar uma meta estratégica, além do saneamento, saúde, higiene e bem-estar.*

Tudo fica muito complexo – saúde, transporte, educação etc. Pensar uma nova estratégia no desenvolvimento e crescimento das cidades. Cidade de Holambra, no interior do estado de São Paulo, (cidade do Ricardo Young) começa a ter problemas como os grandes centros urbanos. Está acontecendo uma reorganização da distribuição das pessoas pelas cidades. Êxodo urbano e crescimento das cidades. A importância das áreas verdes nas cidades com a

pandemia – um pulmão para a população. Os serviços ambientais nas cidades se tornaram um grande desafio.

Mas Young finalizou o painel destacando o papel da sociedade civil, exemplificando com o consórcio de mídia “que proveu o Brasil de referências científicas de políticas públicas e promoveu a campanha da vacina”, e com a população “que teve um papel exemplar na saúde, na organização social, na comunicação. Apesar da nossa política ser o que é”.

Concluindo, os debatedores convidados esboçaram um panorama sobre os eixos esperados para o painel “O Pós-Pandemia no Desenvolvimento Urbano Sustentável nas Cidades Brasileiras”, com ênfase aos grandes consensos:

- ✓ Promover a sustentabilidade é enfrentar as desigualdades (Maglio);
- ✓ Enfrentar as desigualdades implica em “urbanificar os territórios”, “homogeneizar o acesso à infraestrutura”, poupar os ambientes frágeis. Travassos destaca que “não se resolve as favelas nas favelas, mas sim na cidade como um todo”, para tanto é preciso “radicalizar a redistribuição orçamentária”;
- ✓ O combate às desigualdades reconhece o transporte coletivo como serviço essencial, e assim sendo, precisa ter uma política pública de subsídios para os vulneráveis, e cobrança pelo transporte individual, invertendo o modelo atual (Avelleda);
- ✓ Para reduzir as desigualdades, “a educação tem que se revisitar profundamente”, para dar igualdade de oportunidades de desenvolvimento pessoal aos mais vulneráveis (Young).

Em essência, o desenvolvimento sustentável das cidades pós-pandêmicas depende de câmbios radicais na tomada de decisão pública. Daí a pertinência do “Programa de Capacitação em Estudos Urbanos e Regionais para a Sustentabilidade” – CEURS, que desenvolve as competências dos agentes públicos – conhecimentos, habilidades e atitude – sendo esta última, certamente, o maior dos desafios.

A pandemia deixou claro que o país tem uma grande desigualdade social e um grande desafio pela frente!

#### Referências:

- Boston Consulting Group . (2019). A Nova Realidade da Mobilidade no Brasil. São Paulo:  
[https://web-assets.bcg.com/img-src/BCG-Artigo-Mobilidade-2019\\_tcm9-235874.pdf](https://web-assets.bcg.com/img-src/BCG-Artigo-Mobilidade-2019_tcm9-235874.pdf).
- LABCIDADE. (2021). Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo. São Paulo:  
<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>.
- MAPBIOMAS. (2021). Crescimento das favelas no Brasil entre 1985 e 2020 equivale a 11 Lisboas. São Paulo:  
<https://mapbiomas.org/crescimento-das-favelas-no-brasil-entre-1985-e-2020-e-quivale-a-11-lisboas>.



Scipopulis\_Trancity. (2020). São Paulo:

<https://jornal.usp.br/universidade/plataforma-calcula-dados-de-emissao-de-gases-no-transporte-publico/>.